

Número da parcela	Nome e morada dos expropriados e outros interessados	Freguesia	Número de matriz rústica	Confrontações do prédio	Descrição predial	Natureza	Área da parcela (metros quadrados)
104	Proprietário — Fernando Gonçalves Rodrigues, Rua do Comércio, 14-C, Torre, Casais, Tomar.	Vreia de Jales	184	Norte: António Rodrigues Claro. Sul: Arsénio Alves Machado. Nascente: rio Pinhão. Poente: Arsénio Alves Machado.	Omisso	Espaço agro-florestal ...	8 140
105	Proprietários: Arménio Manuel Rodrigues Vilar, Torre do Pinhão, 5060 Torre do Pinhão. Maria de Jesus Rodrigues, Torre do Pinhão, 5060 Torre do Pinhão.	Vreia de Jales	183	Norte: António Rodrigues Claro. Sul: Arsénio Alves Machado. Nascente: rio Pinhão. Poente: Arsénio Alves Machado.	Omisso	Espaço agro-florestal ...	4 330

Despacho n.º 18 445/2007

A Câmara Municipal de Alfândega da Fé deliberou em 10 de Fevereiro de 2003 proceder à revisão do Plano Director Municipal, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/94, de 18 de Outubro.

Considerando o teor da acta da reunião preparatória realizada no dia 11 de Janeiro de 2007, em cumprimento do n.º 11.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril;

Tendo em conta a fundamentação para a revisão do Plano Director Municipal apresentada pela Câmara Municipal, em cumprimento do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, e do n.º 9.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril;

Considerando ainda a proposta de composição da comissão mista de coordenação que acompanhará o processo de revisão do Plano Director Municipal de Alfândega da Fé, conforme consta da acta da referida reunião preparatória:

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141 de 25 de Julho de 2005, e nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, determino:

1 — É constituída a comissão mista de coordenação (CMC) que acompanhará o processo de revisão do Plano Director Municipal de Alfândega da Fé, a qual é presidida pelo representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, nos termos do disposto no n.º 5.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril.

2 — A CMC integra, para além do representante referido no número anterior, um representante das seguintes entidades:

a) No âmbito do disposto na alínea a) do n.º 2.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril:

Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Norte;
Direcção-Geral dos Recursos Florestais;
Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
IGESPAR — Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.;
Direcção Regional de Economia do Norte;
Direcção-Geral de Geologia e Energia;
Turismo de Portugal, I. P.;
Direcção Regional de Educação do Norte;
Administração Regional de Saúde do Norte;
Instituto do Desporto de Portugal;
Instituto Nacional de Reabilitação, I. P.;
Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade;
Autoridade Nacional de Protecção Civil;
Estradas de Portugal, E. P. E.;
Instituto de Comunicações de Portugal — ANACOM;
Rede Eléctrica Nacional, S. A.;
Aguas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A.;
Resíduos do Nordeste;

b) Nos termos da alínea b) do n.º 2.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril:

Câmara Municipal de Alfândega da Fé;
Município de Macedo de Cavaleiros;
Município de Mogadouro;
Município de Torre de Moncorvo;
Município de Mirandela;
Município de Vila Flor;

c) Nos termos da alínea c) do n.º 2.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril:

Associação Comercial e Industrial de Alfândega da Fé;
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé;
Cooperativa Agrícola de Alfândega da Fé;
Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho de Alfândega da Fé;
Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé;
Associações de agricultores do concelho;
Associações florestais do concelho;
Empresa Municipal de Desenvolvimento de Alfândega da Fé.

27 de Julho de 2007. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Despacho n.º 18 446/2007

A Câmara Municipal de Portimão deliberou em 3 de Janeiro de 2007 proceder à revisão do Plano Director Municipal, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/95, de 7 de Junho.

Considerando o teor da acta da reunião preparatória realizada no dia 22 de Março de 2007, em cumprimento do n.º 11.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril;

Tendo em conta a fundamentação para a revisão do Plano Director Municipal apresentada pela Câmara Municipal, em cumprimento do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, e do n.º 9 da Portaria n.º 290/2003 de 5 de Abril;

Considerando ainda a proposta de composição da comissão mista de coordenação que acompanhará o processo de revisão do Plano Director Municipal de Portimão, conforme consta da acta da referida reunião preparatória;

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, determino:

1 — É constituída a comissão mista de coordenação (CMC) que acompanhará o processo de revisão do Plano Director Municipal de Portimão, a qual é presidida pelo representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, nos termos do disposto no n.º 5.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril.

2 — A CMC integra, para além do representante referido no número anterior, um representante das seguintes entidades:

a) No âmbito do disposto na alínea a) do n.º 2 da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril:

Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Algarve;
Direcção-Geral dos Recursos Florestais;
IGESPAR — Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.;
Direcção Regional de Economia do Algarve;
Direcção-Geral de Geologia e Energia;
Turismo de Portugal, I. P.;
Direcção Regional de Educação do Algarve;
Administração Regional de Saúde do Algarve;
Instituto do Desporto de Portugal;
Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade;
Instituto Geográfico Português;
Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos;
Direcção de Faróis;
Capitania do Porto de Portimão;
Instituto Nacional da Aviação Civil;
Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres;
Estradas de Portugal, E. P. E.;
REFER, E. P.;
Instituto de Comunicações de Portugal — ANACOM;
Rede Eléctrica Nacional, S. A.;
EDP — Distribuição;
Águas do Algarve;
ALGAR — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.;
Autoridade Nacional de Protecção Civil;
PSP — Polícia de Segurança Pública;
GNR — Guarda Nacional Republicana;

b) Nos termos da alínea b) do n.º 2.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril:

Câmara Municipal de Portimão;
Município de Lagos;
Município de Monchique;
Município de Silves;
Município de Lagoa;

c) Nos termos da alínea c) do n.º 2.º da Portaria n.º 290/2003 de 5 de Abril:

Associação A Rocha — Associação Cristã de Estudo e Defesa do Ambiente;
ACRAL — Associação de Comércio e Serviços da Região do Algarve;
AHETA — Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve;
AIHSA — Associação dos Industriais de Hotelaria e Similares do Algarve;
Associação Comercial de Portimão.

27 de Julho de 2007. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional

Despacho n.º 18 447/2007

1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, foi nomeado, pelo meu despacho n.º 12 322/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 12 de Junho de 2006, o mestre Vítor Amadeu Machado Pimentel Nogueira para prestar assessoria técnica ao meu Gabinete na área da sua especialização, no âmbito do grupo de trabalho para a cooperação territorial europeia, para o efeito destacado à Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.

2 — Considerando que o envolvimento deste Gabinete na preparação e no exercício da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (EU), no 2.º semestre de 2007, exige um maior esforço e disponibilidade daquele funcionário para a realização de novas tarefas, importa alterar o meu despacho n.º 12 322/2006 (2.ª série).

Assim:

3 — Ao abrigo das disposições legais referidas no n.º 1, nomeio o mestre Vítor Amadeu Machado Pimentel Nogueira para prestar assessoria técnica ao meu Gabinete na área da sua especialização, quer no âmbito do grupo de trabalho para a cooperação territorial europeia quer nas tarefas relacionadas com a Presidência Portuguesa bem como, residualmente, em quaisquer outras em que a sua participação seja considerada necessária, para o efeito destacado ao Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I. P.

4 — A remuneração mensal ilíquida do nomeado é fixada em € 2400 e será actualizada na mesma percentagem que o índice 100 da tabela indicatória do regime geral da função pública.

5 — O nomeado terá direito aos subsídios de férias, de Natal e de refeição, nos termos legalmente estabelecidos para a função pública.

6 — A diferença entre a remuneração correspondente ao lugar de origem do nomeado e a remuneração que lhe é fixada será suportada por verbas do orçamento do meu Gabinete.

7 — Quando se deslocar em missão oficial de serviço público no País ou no estrangeiro, o nomeado tem direito ao abono das correspondentes despesas de transporte e ajudas de custo, de montante igual ao fixado para os adjuntos do meu Gabinete.

8 — A presente nomeação produz efeitos a 1 de Abril do corrente ano e considera-se feita até ao final do mandato do grupo de trabalho, nos termos previstos no n.º 8 do respectivo despacho de constituição, e da Presidência Portuguesa, sem prejuízo de poder ser revogada a todo o tempo.

9 — Fica revogado o meu despacho n.º 12 322/2006 (2.ª série), que é substituído por este.

2 de Abril de 2007. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Rui Nuno Garcia de Pina Neves Baleiras*.

Despacho n.º 18 448/2007

1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, foi nomeada, pelo meu despacho n.º 12 323/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 12 de Junho de 2006, a licenciada Paula Alexandra Alves de Burgo Fernandes para prestar assessoria técnica ao meu Gabinete na área da sua especialização, no âmbito do grupo de trabalho para a cooperação territorial europeia, para o efeito destacada à Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.

2 — Considerando que o envolvimento deste Gabinete na preparação e no exercício da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (EU), no 2.º semestre de 2007, exige um maior esforço e disponibilidade daquela funcionária para a realização de novas tarefas, importa alterar o meu despacho n.º 12 323/2006 (2.ª série).

Assim:

3 — Ao abrigo das disposições legais referidas no n.º 1, nomeio a licenciada Paula Alexandra Alves de Burgo Fernandes para prestar assessoria técnica ao meu Gabinete na área da sua especialização, quer no âmbito do grupo de trabalho para a cooperação territorial europeia quer nas tarefas relacionadas com a Presidência Portuguesa, bem como, residualmente, em quaisquer outras em que a sua participação seja considerada necessária, para o efeito destacada ao Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I. P.

4 — A remuneração mensal ilíquida da nomeada é fixada em € 2400 e será actualizada na mesma percentagem que o índice 100 da tabela indicatória do regime geral da função pública.

5 — A nomeada terá direito aos subsídios de férias, de Natal e de refeição, nos termos legalmente estabelecidos para a função pública.

6 — A diferença entre a remuneração correspondente ao lugar de origem da nomeada e a remuneração que lhe é fixada será suportada por verbas do orçamento do meu Gabinete.